

CULTURA POPULAR: CONSERVADORA? (*)

Antônio Augusto Arantes Neto

A minuta apresentada pela coordenação da mesa aponta para a dimensão política da “questão da cultura popular” ao referir-se ao que ela chama de “ambigüidade” das manifestações culturais populares. Diz ela: “se, por um lado, elas têm um nítido valor de *resistência* à apropriação e ao controle (enquanto são a reinvenção da capacidade de simbolizar, de viver, de uma classe), por outro, assinalou Cavalcanti Proença que “...há na literatura (cultura?) popular muito conservadorismo e uma tendência ao equilíbrio social (...)” (p. 6).

Esta é, ao meu ver, uma falsa questão que decorre em grande parte do fato de se analisar as manifestações culturais como “coisas”, ou, na melhor das hipóteses, como “bens acabados”, de pior ou melhor qualidade, conforme seja o caso e, sobretudo, o critério de quem julga, mais ou menos conservadoras, e que, uma vez produzidas, são reincorporadas à vida social que as gerou.⁽¹⁾

Gostaria de colocar, a esse respeito, dois problemas.

Primeiro, até que ponto esse caráter conservador ou de resistência são características *intrínsecas* às manifestações culturais populares; ou, em outros termos, qual a estratégia de análise mais adequada à compreensão da ideologia presente

(*) Trabalho apresentado na XXIX Reunião da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, em São Paulo, 1977.

(1) Cf.: E. R. Durham: “A dinâmica cultural na Sociedade Moderna”, in *Cadernos de Opinião*, n.º 4.

ou expressa através delas? E, segundo, que tipo de política cultural seria efetivamente favorável ao fortalecimento e ao desenvolvimento (e não à *conservação*) da cultura das classes populares? Parece-me que estas duas questões estão na verdade intimamente relacionadas. O ponto de vista que eu gostaria de desenvolver aqui é o de que um encaminhamento adequado da reflexão sobre esses problemas depende de que se desloque o foco que ora incide sobre os produtos terminais para as componentes políticas do processo através do qual os eventos culturais são produzidos. Esse é, ao meu ver, o lugar privilegiado onde as manifestações culturais *como produtos* assumem suas características políticas fundamentais. Com o risco de ser taxado aqui de antiquado, espero contribuir ao debate sobre "a questão da cultura popular" desenvolvendo esse ponto de vista. Pois, na verdade, o seu fundamento teórico remonta ao livro *Political Systems of Highland Burma* de Edmund Leach, publicado em 1954, em Londres, e certamente bastante conhecido de todos. Mas como me parece que nossos pesquisadores não levaram suficientemente em consideração a sua tese central que me parece altamente pertinente para as análises que nos temos proposto, vou reproduzi-la aqui após uma rápida digressão sobre o contexto teórico em que ela foi formulada.

Em seguida, para dar um mínimo de concretude às minhas reflexões, vou me apoiar em material coletado por mim mesmo em trabalho de campo na Bahia.

Em oposição ao difusionismo que tanto influenciou e tem influenciado as pesquisas na área do folclore, e onde uma das preocupações básicas foi — e tem sido — a de traçar as trajetórias dos costumes, objetos, ritos, mitos, no tempo e no espaço, para além dos limites políticos dos povos e grupos sociais, Malinowski num de seus ensaios hoje clássicos afirmou o seguinte: "os contos populares, as lendas e os mitos precisam ser soerguidos de sua existência achatada no papel e colocados na realidade tridimensional da vida vivida" (MPP, p. 146) (2).

(2) B. Malinowski: "Myth in Primitive Psychology", in *Magis, Science and Religion*.

Esta, que é uma exortação ainda oportuna nos dias de hoje em que vivemos de certo modo numa perplexidade teórica face aos fenômenos culturais populares — ao trabalho de campo, a que se veja, registre e testemunhe que o evento cultural vive “no contexto da vida tribal” (p. 146), sugere por outro lado ao analista que, para ser compreendido adequadamente, esse evento deve ser relacionado com o “todo social”. . .essa perspectiva, coloca esse autor, vê-se que “o mito (e como ele outros produtos culturais) corresponde efetivamente a uma realidade cultural definida, pois todas as manifestações concretas das crenças, sentimentos e apreensões nativos com relação à morte e à vida extra-terrena são unificados e formam uma grande unidade orgânica”. (p. 136).

Aí está, na verdade, e como é sobejamente conhecido, uma das formulações mais criticáveis do funcionalismo.

Pois, se por um lado, ela é crítica da perspectiva difusionista que teve o efeito de justicar perante os intelectuais e administradores a apropriação, a descontextualização e sobretudo a desvitalização dos produtos culturais (materiais ou não) de vários povos num momento preciso da História, por outro ela elimina da reconstrução dos fenômenos sociais o que estes possuem de dinâmico e vivo, trabalhando no interior de modelos conceituais que primam a noção de “equilíbrio” é, conseqüentemente, que absorvem, abafam as tensões, oposições, contradições que existem nas sociedades reais. E, em conseqüência disso, os eventos culturais em geral e em particular aqueles que se referem de perto aos valores mais “sagrados” dos grupos sociais são vistos necessariamente como se fossem *intrinsecamente*, e em grifo esse termo, imbuídos de um caráter predominantemente conservador.

Além disso, como afirma Leach: “No esquema malinowskiano os vários aspectos de uma cultura são necessariamente integrados de modo a formar um todo consistente; por conseguinte, os mitos de um povo são vistos como se fossem mutuamente coerentes — é como se para qualquer grupo de pessoas houvesse apenas uma cultura, um sistema estrutural, um

conjunto coerente de mitos" (PSHB, p. 265) (3). A consequência disso, em termos de trabalho de campo, e certamente em termos de uma política cultural que indague sobre "o que conservar", é que se procurará erroneamente a versão autêntica, primeira, verdadeira, completa e sobretudo "correta" dos eventos culturais, deixando de lado as discrepâncias reais entre as suas diferentes manifestações ou versões.

"No caso da mitologia Kachin", diz Leach — (p. 265/6) "não há possibilidade de eliminar as contradições e incoerências. Elas são fundamentais (...) e contar uma estória (...) tem uma finalidade; serve para validar o *status* do indivíduo que a conta, ou melhor, do indivíduo que paga a um contador para contar estória (...) Mas se o *status* de um indivíduo é validado, isto significa quase sempre que o *status* de outro é denegrido.

Pode-se mesmo partir da premissa de que todo conto tradicional ocorrerá em diferentes versões, cada uma tendendo a apoiar as reivindicações de diferentes grupos de interesse. (p. 265/6).

Este modo de colocar o estudo da cultura recupera, ao meu ver, uma das dimensões de seu aspecto dinâmico. "O mito e o rito são uma linguagem de signos", diz esse mesmo autor, "em termos da qual são expressas reivindicações de direito e de *status*, mas são uma linguagem de discussão e não um coro de harmonia" (p. 278).

Ou seja, entre, de um lado, os sistemas simbólicos que podem ser descritos como linguagens, ou seja, através de sua sintaxe e semântica próprias e, de outro, os eventos culturais efetivamente produzidos por um grupo social, ou seja, entre a língua e a fala, e quisermos recorrer a imagens saussureanas, há a mediação necessária e determinante do jogo de interesses políticos. Este é quem gera, no final de contas, as diferentes versões de um fenômeno cultural e determina os seus limites de variação, este é quem dá sentido a cada um deles e ao seu conjunto.

(3) — E. R. Leach — *Political systems of Highland Burma*, London, 1954.

Para baixar de novo à terra, consideremos um exemplo.

No período do Governo Castelo Branco um poeta (de cordel) escreveu um Padre Nosso numa cidade da Bahia. Pensando em imprimi-lo para vender nas feiras, conhecendo as leis de censura e preocupado com a repressão, o seu autor consultou um amigo e ambos resolveram tornar o texto publicável, modificando estrofes que acharam "fortes demais".

Para que se possa avaliar o peso dessas modificações em termos da perspectiva política efetivamente expressa pelo texto publicado, apresento aqui a versão modificada e em seguida a versão original de algumas estrofes desse Padre Nosso:

PAI NOSSO DA POBREZA

PAI NOSSO QUE ESTAIS NO CÉU

criador do mundo inteiro
vem livrar os nossos filhos
da guerra e do cativoiro
livra o mundo que nos deste
da fome, da guerra e peste
do Brasil e do estrangeiro

SANTIFICADO É O TEU NOME

e os anjos digam amém
a pobreza está morrendo
sem proteção de ninguém
para uns tanta riqueza
outros com tanta pobreza
dai-nos um pouco também

VENHA A NÓS O VOSSO REINO

e a vossa santidade
fazei que o rico tenha
um pouco de humanidade

não para dar sua riqueza
mas que ajude a pobreza
com pequena quantidade

*** SEJA FEITA A VOSSA VONTADE**

de acordo com o vosso gosto
é o que nós desejamos
de manhã ao sol posto

*pois queremos trabalhar
para assim poder pagar
com mais prazer o imposto*

que venhas meter o pau
neste governo tão mau
que só faz cobrar imposto

*** ASSIM NA TERRA COMO NO CÉU**

é que queremos viver
*não pode tudo ser rico
e nem igual no poder
porém eu me aperreio
de ver trabalhar o feio
para o bonito comer*

todos iguais em riqueza
todos iguais em poder
venha reinar em nosso meio
para que não trabalhe o feio
para o bonito comer

***O PÃO NOSSO DE CADA DIA**

*os aventos tomaram
os direitos dos pequenos
os tubarões embargaram
estamos morrendo à fome
e de Deus o Santo nome
há tempos negociaram
etc.*

os homens ricos tomaram
e todo o nosso produto
em armazéns depositaram

Duas versões de um mesmo texto. Pergunto: conservador?
Qual a versão "correta"?

Gostaria de frizar aqui que não estou propondo que se reduza o estudo da cultura ao das condições que determinam a sua produção. Os sistemas simbólicos, como mostram C. Levi

Strauss em várias de suas obras são relativamente a-históricos, de certo modo a-temporais, e devem ser descritos e analisados em si mesmos e por si mesmos. Por outro lado, modelos, formas padronizadas de se articular símbolos culturais de modo a se produzir o que chamamos aqui de eventos ou produtos culturais são legados pela tradição de cada grupo social. Refiro-me aqui, por exemplo, aos princípios estruturais especificamente literários e musicais, numa palavra estéticos, que orientam a criação poética, a literatura oral; refiro-me à estrutura das festas e danças, dos ritos; dos estilos de pintura, escultura, cerâmica etc. Estes também podem e devem ser descritos e analisados em si mesmos e por si mesmos.

É no contexto da vida social, entretanto, no âmbito da história de homens reais, que essas matrizes abstratas preencham esses modelos, essas "maneiras corretas" de dizer e de fazer, e ganham a sua significação.

Deste ponto de vista, pensar a cultura como acervo que se transmite de geração a geração, como patrimônio ou tradição, é perder de vista que ela vive e só ganha sentido na dinâmica da história do grupo social que a produz. Assim, falar de preservação da cultura e da arte populares por exemplo me parece no mínimo falacioso pois elas florescerão necessariamente desde que os seus produtores e fruidores tenham espaço e liberdade para expressar a sua percepção das contradições estruturais por eles vividas.